

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO ÂMBITO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL.

Rosilainy Cristina Santos de Oliveira⁶

Ítalo Eratóstenes Chagas de Carvalho⁷

RESUMO

Este texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada através de estudos de fenômenos históricos a fim de compreender o processo de organização das mulheres negras no âmbito do movimento feminista no Brasil. Para tanto, foram estudados textos de Sueli Carneiro, Luiza Helena Bairros, Mariana Damasco, Edna Rolan, Branca Moreira Alves, entre outros. A partir da pesquisa foi possível contextualizar historicamente o surgimento do movimento feminista no Brasil, bem como o processo de percepção e organização das mulheres negras acerca das suas particularidades na luta pela igualdade de gênero e contra o racismo. Enfim, percebeu-se que as dimensões sociais ocupadas pelas diferentes individualidades as conduzem à organização conforme as demandas específicas dos grupos em que estão inseridas.

Palavras-chave: Movimento Feminista. Racismo. Particularidades.

INTRODUÇÃO

O feminismo é um movimento social, político e filosófico que defende e tem como finalidade a conquista e o acesso à igualdade de direitos e estratos sociais entre homens e mulheres em todas as camadas e campos na sociedade. Nesse sentido, a ação do movimento feminista é para a admissão das mulheres à cidadania (entendida como o direito de participação nas tomadas de decisão) e sua inserção nas ações promovidas pelo Estado. Segundo Alves e Pitanguy (1985, p.9), os grupos feministas se mobilizam de múltiplas formas, o que difere das organizações tradicionais. Assim, o movimento é organizado de maneira descentralizada e recusa a disciplina única.

O movimento feminista se empenha na busca pela igualdade de direitos entre os sexos e a emancipação feminina, como está registrada em diversos momentos da história, porém o modelo de sociedade conservador e patriarcal configuram-se colonialismos a serem superados perante a conquista destes objetivos.

A luta feminista aspira uma transformação mais profunda na sociedade, travando uma batalha contra a dominação masculina. Assim, para o movimento feminista, este é

⁶ Graduada em Pedagogia e especialista em Planejamento e Gestão Educacional pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus IX. E-mail: rosy.csoliveira@yahoo.com.br.

⁷ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade do Oeste da Bahia – UFOB/Campus Edgar Santos. E-mail: italosuporte@yahoo.com.br.

também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e descoberta das próprias potencialidades.

As experiências de opressão são vivenciadas por mulheres das diferentes classes sociais, por isso a necessidade de uma análise multidimensional ao tratar gênero. São várias as dimensões em que há inserção feminina, no entanto, não são exclusivas. Como no caso da mulher negra que vivencia a opressão de gênero e de raça mutuamente, e na maioria das vezes de classe também.

As mulheres negras, durante o processo de reivindicações da luta feminista, reconheceram a necessidade de se organizarem para o enfrentamento das demandas específicas, lutando em duas frentes: a superação das desigualdades geradas historicamente pela hegemonia masculina e o combate à opressão racial.

Assim, com a finalidade de compreender o processo de organização das mulheres negras no âmbito do movimento feminista no Brasil, propusemos pesquisar o percurso trilhado por elas. Para tanto, nos empenhamos em conhecer os eventos ocorridos durante sua trajetória, refletir acerca das demandas específicas na luta pela igualdade de gênero e identificar estratégias de enfrentamento das demandas por parte movimento feminista negro.

A pesquisa foi elaborada e é apresentada a partir de uma abordagem histórica, que relata o surgimento do movimento feminista no Brasil, o reconhecimento das demandas particulares das mulheres negras e sua organização para o enfrentamento das mesmas. Ressaltamos que os destaques foram feitos até a década de 1990, período em que se estabeleceram diversos grupos do feminismo negro, inclusive institucionalmente e reconhecido por vários setores da sociedade, o que marcou o ápice do movimento.

O texto está dividido em três partes. O primeiro expõe o histórico acerca do surgimento do movimento feminista no Brasil; em seguida, apresentamos uma análise do processo de percepção das mulheres negras acerca das suas particularidades na luta pela igualdade de gênero; por fim, são elencadas as organizações e formas de atuação dos diferentes grupos.

Para apresentar estes relatos nos valem das pesquisas de autoras como Mariana Santos Damasco (2009) e Edna Rolan (1998) e a fim refletirmos acerca da característica do movimento, estudamos obras de Sueli Carneiro (2013), Luiza Helena Bairros (1995), dentre outras.

Esta breve pesquisa nos fez perceber que as diferentes dimensões sociais ocupadas pelos sujeitos – onde suas identidades são constituídas historicamente e

socialmente – os conduzem à organização conforme as demandas específicas. Assim, o movimento feminista negro se apresenta de maneira dinâmica por incorporar diversas identidades no que diz respeito às diferenças de classe, nível educacional, orientação sexual, prática religiosa e filiação e posição partidária, entre outros. Reinventando, se reorganizando e estabelecendo novas conexões.

MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

No Brasil, as primeiras manifestações do feminismo ocorreram no final do século XIX, porém o ambiente colonial e escravocrata do momento limitou as ações das mulheres no período. Mesmo após a proclamação da República e a “nova” Constituinte em 1891, que assegurava no § 2º do Art. 72 que “todos são iguais perante a lei”, as mulheres não eram respeitadas conforme a prerrogativa, isso devido uma sociedade extremamente conservadora e arcaica que preservou os moldes já instituídos. Assim, a Constituinte não realizou avanços sociais na sociedade brasileira.

Segundo Costa e Sardenberg (2008, p. 32-36), a primeira grande onda feminista no Brasil iniciou-se mais tarde que em outros países, e não ocorreu um movimento de massa, como aconteceu na Europa e nos EUA. No início do século XX, a questão do voto para mulheres no Brasil é posto em debate, algo que ocorreu anteriormente na Constituinte de 1891, porém sem avanços. Ainda, o grande passo nessa luta se deu em 1910, com a formação do Partido Republicano Feminino, tendo à frente Leolinda Daltro. No Brasil, se estendeu por duas décadas, sendo conquistado gradativamente, o que provocou diversas discussões na sociedade.

O direito ao voto foi nacionalmente instituído em 1932, no governo de Getúlio Vargas, porém já conquistado em alguns estados brasileiros. As décadas de 1940 e 1950 são marcadas pelo baixo movimento da organização feminista no Brasil, o direito ao voto e algumas conquistas constitucionais provocaram uma sensação cômoda, afirmam Costa e Sardenberg (2008, p. 38-40).

No cenário internacional, o conflito militar global gerou alguns avanços para as mulheres, principalmente com relação à questão trabalhista. O recrutamento dos homens para os campos de batalha provocou uma grande ocupação das mulheres nos postos de trabalho, porém esse panorama muda com o fim da II Guerra, os homens reassumiram os seus postos de trabalho, gerando um problema nas pautas feministas, a questão trabalhista e o papel da mulher como dona de casa.

Na década de 1960, o movimento feminista ganhou forças internacionalmente, porém o contexto político brasileiro nesta década é caracterizado pelo retrocesso no sistema democrático. No ano de 1964, o golpe civil-militar muda o cenário dos movimentos sociais de luta no país, quando o combate às suas ações é feito de forma austera, culminando com o Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁸ no ano de 1968.

De acordo aos relatos de Heloísa Buarque de Holanda (2003), na década de 1970 – no contexto da ditadura militar, em que fora instituído o Ato Institucional nº 5 no qual proibia atividades ou manifestações de conteúdo político – o movimento feminista se atrelou a setores progressistas da Igreja Católica que mantinha oposição ao regime. Este atrelamento impossibilitou que se trabalhassem questões centrais do feminismo, quais sejam: liberdade sexual, direito ao aborto, ao divórcio. Porém, por meio desta conjunção, foi promovido um amplo debate sobre questões como direitos civis, liberdade política e melhoria de condições de vida.

Na década de 1980, com a pauta de redemocratização do país, o movimento feminista ingressa em uma fase de grande fervor na luta pelos direitos das mulheres. Devemos ressaltar que há uma gama de grupos e coletivos em todas as regiões do país, debatendo diversos temas. Estes movimentos organizavam-se em escolas, universidades, bairros e favelas travando uma luta conjunta com o movimento feminista. Para o período, uma grande vitória do movimento feminista foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

AS MULHERES NEGRAS E SUAS PARTICULARIDADES NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

São várias as dimensões nas quais os sujeitos sociais podem estar inseridos, no entanto, não são dimensões exclusivas. Como no caso da mulher negra, vivenciam opressões de raça e gênero mutuamente.

Luiza Helena Bairros (1995, p. 461) destaca então a necessidade de uma análise multidimensional ao tratar raça, gênero, classe social e orientação sexual, pois as experiências são desenvolvidas social e historicamente, e vividos por seres diversos.

⁸ O Ato Institucional nº 5, previa a suspensão de direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo período de 10 anos e a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, dentre outras providências.

No Brasil, Sueli Carneiro (2013) destaca que os resquícios do período colonial permanecem ativos no que diz respeito às relações de gênero. Tais relações constituídas durante a escravidão ganham novos formatos e funções atualmente, mas não rompem com a lógica de opressão e exploração do povo negro.

A autora afirma que a proteção paternalista foi historicamente justificada pelo mito da mulher frágil. No entanto, a mulher negra nunca foi frágil, já que trabalharam durante séculos como escravas, resistiram aos atos de violência aos quais ainda são submetidas e suportaram e suportam estigmas. Foram estas que não compreenderam a reivindicação pela ocupação dos espaços no mercado de trabalho, reclamada por feministas. Ora, as mulheres negras já realizavam trabalho nas lavouras, nas ruas, cozinhas, esquinas, entre outros.

Para Sueli Carneiro, a construção do feminismo negro no âmbito das sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, tem o racismo como centro da opressão. Assim, o enfrentamento não diz respeito somente à superação das desigualdades geradas historicamente pela hegemonia masculina, soma-se o combate à opressão racial, o que conduz a uma nova identidade política do movimento feminista. Com relação a esta discussão, Sueli Carneiro pontua demandas específicas das mulheres negras no interior do movimento feminista no Brasil:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2013, p. 03)

Tais demandas são ocultadas pelo “véu” do mito da democracia racial⁹, no qual são desconsideradas as distinções das identidades de pessoas brancas e não brancas. Neste conceito, a miscigenação é destacada como altamente positiva, que estabelece a harmonia entre os povos, como se vivenciassem as mesmas situações, omitindo a

⁹ Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-grande & senzala* exalta a mestiçagem cultural e afirma que, no Brasil, o negro está em todas as pessoas e que a cultura é o que movimenta a mente e o corpo e não os caracteres fenóticos. Coloca o povo negro no centro e retira-o da posição de injuriado. (Alberto da Costa e Silva, p. 26, 2000).

posição subalterna e marginalizada à qual o povo negro fora submetido. Assim tem se desprezado, por exemplo, condições de saúde, de acesso e permanência no mercado de trabalho, violências decorrentes do racismo, entre outros fatores que estão intimamente ligados à dimensão racial.

Porém, a miscigenação exaltada por Gilberto Freire era ignorada por outros estudiosos, como Nina Rodrigues¹⁰, por acreditarem que este processo representava o conjunto de males que impediam o desenvolvimento do povo brasileiro, pois, conforme discute Alberto da Costa e Silva (2000, p. 20-21), os africanos e seus descendentes foram considerados sujeitos degenerados, ignorantes e desordeiros. Ainda segundo o autor, não podendo a miscigenação ser impedida, Silvio Romero (1980, p. 134-5 apud SANTOS e MAIO, 2008, p. 88) acreditava que a solução seria seu contínuo processamento visando à propagação do sangue branco para assim “melhorar a raça” (sic), ou seja, o branqueamento da população brasileira.

A discussão acerca da polarização da democracia racial e branqueamento brasileiro nos leva a compreender fatos ocorridos no Brasil, relatados por Edna Rolan (1998, p. 99-109). Segundo afirmações da autora, o Núcleo de Estudos de População (Nepo) desenvolveu, na década de 80, pesquisas sobre saúde reprodutiva da população negra no Brasil nas quais os dados acerca de nupcialidade, fecundidade e mortalidade infantil demonstraram diferenças significativas entre negras/os e brancas/os. O resultado da pesquisa contribuiu para a elaboração da lei de regulamentação do planejamento familiar na qual estabelecia a idade mínima para a realização de esterilização, o que causou polêmica e a atenção de setores do movimento negro que considerava a esterilização como um instrumento de genocídio do povo negro, pois dentre as mulheres esterilizadas 76.000 eram brancas enquanto 243.000 eram negras.

Como enfrentamento da pressão política feita pelo movimento negro, Benedita da Silva e Eduardo Suplicy, então deputada e deputado, apresentaram no dia 20 de novembro de 1991, um requerimento propondo a constituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para averiguar práticas de políticas de branqueamento ou racistas no setor de saúde reprodutiva no país, ao mesmo passo, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) lançou a campanha nacional contra a esterilização em massa de mulheres negras. Porém, a CPMI foi

¹⁰ Raimundo Nina Rodrigues, médico brasileiro que se dedicou aos estudos da mente dos negros brasileiros. Considerado racista, eugenista e conservador, suas obras tratam dos negros e mestiços como sujeitos inferiores mental e fisicamente. (RODRIGUES, 2015)

encerrada declarando que os dados obtidos não confirmavam a denúncia apresentada pelo movimento negro e ressaltou a dificuldade de apurar precisamente as informações devido à cor da pele da população brasileira.

A partir dos fatos ocorridos, organizações de mulheres negras, organizações negras, organizações feministas, universidades, dentre outros, deram início às ações para instituição dos direitos reprodutivos das mulheres negras.

Perseguindo a discussão de Silva (2000, p. 20-38) acerca do processo de clareamento brasileiro, a mulher negra é portadora dos resquícios culturais e fenótipos que precisam ser extintos para que ela absorva os caracteres do povo branco e assim ser aceita na sociedade. Destarte, é necessário se revestir de uma identidade alheia à sua e omitir características destacadamente negras. No entanto, este processo de branqueamento é notável e compreendido por parte da população negra.

Essa compreensão é demonstrada no relato de Matilde Ribeiro (uma das organizadoras do I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrido em dezembro de 1988) ao afirmar que “Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou pela da mulher branca”. (1995, p. 449 apud DAMASCO, 2009, p. 76).

Mariana Santos Damasco (2009, p. 74) relata que as mulheres negras já participavam de encontros feministas realizados no país, porém, não tinham suas demandas contempladas e por conta disso frequentemente se reuniam para debater questões específicas.

Damasco (2009, p. 75) declara que momentos de tensão ocorreram entre militantes negras e demais feministas. Um deles ocorreu no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em Bertioga/SP quando um grupo de mulheres negras foi impedido de participar do evento por não terem pago a taxa de inscrição. Segundo ela, Sueli Carneiro relatou que o valor da taxa era muito alta e boa parte do grupo não teria condições de pagar. Que ainda organizaram eventos para angariar dinheiro, no entanto, sem êxito. Mesmo assim, as mulheres se dirigiram até o local na tentativa de negociar a entrada, porém, lhes foi negado. Tal fato constituiu um dos momentos marcantes de conflito entre ativistas do movimento feminista brasileiro e ativistas negras.

A pesquisadora pontua que as mulheres negras se reuniram em coletivo específico por entenderem que o movimento negro e movimento feminista não atendiam

demandas peculiares deste grupo. Assim, decidiram por constituir um movimento próprio acreditando que desta maneira estabeleceriam uma identidade em comum e a partir daí seriam definidos mecanismos e elementos necessários para lutar em benefício deste novo conjunto.

O ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO NO BRASIL

Ao reconhecer a necessidade em construir um movimento específico para a luta das mulheres negras, grupos foram sendo constituídos em diversos estados brasileiros com suas diferentes configurações e dimensões.

A fim de apresentar de que forma ocorreu a organização e o avanço do movimento feminista negro, Mariana Santos Damasco relata o processo de constituição e atuações de grupos de mulheres negras em sua dissertação de mestrado “**Feminismo Negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil**” apresentada em 2009 à Fundação Oswaldo Cruz.

No texto, o fato ocorrido em 1985 em Bertioga é destacado como momento crucial para a criação de um movimento autônomo de mulheres negras, pois despertou a necessidade em promover discussões, encontros e atividades voltadas ao atendimento das demandas específicas.

O feminismo negro surgiu no Brasil efetivamente na década de 1980. Nesta década, as militantes negras organizaram reuniões particulares durante o IX Encontro Feminista (realizado em Garanhuns/PE) e deliberaram pela realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrido em Valença/RJ em 1988, mesmo ano em que durante os eventos de comemoração do centenário da abolição da escravatura, ativistas do movimento feminista negro se mobilizaram em favor de questões como combate à discriminação racial e de gênero, inserção no mercado de trabalho, políticas públicas voltadas para a educação e saúde da mulher negra.

A pesquisadora elenca diversas organizações instituídas no âmbito movimento feminista negro no Brasil a partir 1980: *Nzinga/Coletivo de Mulheres Negras* (RJ), *Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa* (MA), *Geledés – Instituto da Mulher Negra*, *Grupo Crioula* (RJ), *Fala Preta! Organização de Mulheres Negras*, *Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro* (GMN), *Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista*

(SP), *Coletivo de Mulheres Negras* (MG), entre outros. Dentre estes, alguns foram destaques.

O *Nzinga* contou com a participação de Lélia Gonzales¹¹, importante militante negra e feminista do Brasil. O grupo objetivava articular as discussões de gênero e raça contemplando as reivindicações das mulheres negras das classes média e pobre.

No Maranhão, em 1986 foi criado o *Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa* que tinha como foco de atuação a saúde reprodutiva da mulher e organizou pesquisas acerca da prática de esterilização em mulheres negras do nordeste.

Em 1988 surgiu um dos mais conhecidos grupos de mulheres negras da atualidade, o *Geledés – Instituto da Mulher Negra*, que tem como atual representante Sueli Carneiro. Concentra sua atuação em três programas: Direitos Humanos/SOS Racismo, Programa de Saúde e Programa de Comunicação.

Um grupo de mulheres negras (Jurema Werneck, Lúcia Xavier, Lúcia das Dores Pereira) oriundas do CEAP criou o *Grupo Crioula* em 1992 no Rio de Janeiro, com objetivos principais de capacitar mulheres, adolescentes e meninas negras para o desenvolvimento de ações de combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à violência doméstica e de atenção à saúde.

Em 1997, em São Paulo, foi constituída a ONG *Fala Preta! Organização de Mulheres Negras*. Sua atuação consiste em combater qualquer tipo de discriminação e violência, e desenvolver projetos direcionados especialmente às mulheres negras em áreas como saúde reprodutiva, sexualidade, saúde mental, saneamento básico, educação, habitação e transporte.

Damasco (2009, p. 60-66) afirma que algumas entidades negras contribuíram com o avanço do movimento feminista negro – Movimento Negro Unificado (MNU), Grupo casa Dandara (MG), Soweto (SP), Olodum (Bahia) e CEAP (RJ) – por ocupar em sua agenda assuntos relativos ao cotidiano das mulheres negras no Brasil. Afirma ainda que a década de 1990 foi marcada pelo aumento de eventos voltados para a discussão de temáticas acerca da mulher negra, neste contexto se destacou o debate a respeito da esterilização, sendo tema central do Fórum Contra a Esterilização em Massa

¹¹ Militante negra e feminista, atuou como desencadeadora das mais importantes propostas de atuação do Movimento Negro Brasileiro. Participou da criação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU), do *Nzinga Coletivo de Mulheres Negras* – RJ, do *Olodum* – BA, dentre outros” Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-lelia-gonzalez/#gs.TL9rWtY> >.

da Mulher Negra que percorreu diversas cidades debatendo sobre a prática e consequências da esterilização cirúrgica da mulher negra.

Diante do surgimento de tantas organizações e do avanço das discussões de temáticas que tem como elemento central as mulheres negras, o principal desafio enfrentado pelo feminismo negro a partir de 1990 é a definição da forma de organização do movimento de mulheres negras, que estava polarizado em três visões, conforme apresenta Mariana Santos Damasco:

A primeira que defendia a organização das mulheres negras dentro do próprio movimento negro, a segunda posição era favorável à ligação do movimento de mulheres negras com as redes feministas e a última visão era compartilhada pelas militantes que buscavam a autonomia do grupo das mulheres negras em relação aos movimentos sociais (DAMASCO, 2009, p 80)

No entanto, os desafios não se limitaram a isso. Com o crescimento da participação de mulheres negras de diversos setores da sociedade, um novo conflito surge, o conflito identitário. Embora, a luta congregasse como causas em comum o combate ao racismo e objetivasse a igualdade de gênero, as feministas ocupavam dimensões marcadas pela diferença de classe, nível educacional, orientação sexual, prática religiosa e filiação e posição partidária.

A partir destes conflitos e das dinâmicas que ocorre no âmbito dos movimentos sociais, surgiram novas organizações nas quais são incorporadas as dimensões sociais dos diferentes grupos de mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, o movimento feminista atravessou diversos avanços, conflitos e configurações; foram construídas inúmeras formas de lutas e estratégias em um constante processo de avaliação de conjuntura. O movimento sempre se pautou na luta pelo fim do modelo de sociedade machista e conservadora das relações hierárquicas. Compreender o processo histórico é necessário, principalmente, sob um ponto de vista feminista, para superar as convenções que formam um contrato social imposto de maneira opressiva pela sociedade.

A invisibilidade da história das mulheres negras e do movimento feminista traduz um problema relativo à construção histórica da sociedade, que procurou, em primeiro lugar, ocultar a atuação dos movimentos sociais, a favor da manutenção da classe dominante e estrutura desigual.

As mulheres negras ainda reivindicam lugares nos espaços de representação e decisões, e a integração nos diversos movimentos. Expõem sua história de opressão e enfrentamentos, mas destacam também as conquistas e as produções realizadas por elas, as quais oferecem elementos para a constituição de relações equilibradas. São reivindicações por uma sociedade que reconheça as mulheres negras enquanto semelhantes, em termos de direitos de cidadania e ao ideal de uma sociedade plural.

Este texto é direcionado às pessoas que queiram conhecer a trajetória da organização das mulheres negras no âmbito da luta contra as desigualdades de gênero e racial, assim como as características e demandas particulares deste coletivo.

Esperamos contribuir com a discussão da temática ao realizar o diálogo entre as ideias das diversas e diversos autoras, autores, ativistas; trazer informações de importantes eventos ocorridos e atribuir a necessária notoriedade à história de luta das mulheres negras no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed.: Abril Cultural / Brasiliense, 1985.

BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina. V.3, nº 2, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>>. Acesso: 19 out. 2016.

BRASIL. Constituinte da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro 1891. Dispõe sobre o conjunto de leis, normas e regras da República dos Estados Unidos do Brasil. Constituição, Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso: 21 out. 2016.

_____. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Regulamento, Brasília, 29 ago. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm>. Acesso: 22 out. 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecer-o-feminismo.pdf>>. Acesso: 15 out. 2016.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B.; (Org.). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo Negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975 - 1996)**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/6132/2/34.pdf>>. Acesso: 19 jun. 2016.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. **O estranho horizonte da crítica feminina no Brasil**. In: Vozes femininas, gênero, mediações e práticas de escrita. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2003. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/o-estranho-horizonte-da-critica-feminista-no-brasil/>>. Acesso em 30 out. 2016.

RODRIGUES, Marcela Franzen. **Raça e Criminalidade na obra de Nina Rodrigues: uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX**. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia. V. 15, Nº 3, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19431/14023>>. Acesso: 31 out. 2016.

ROLAN, Edna. **Saúde reprodutiva da população negra no Brasil: entre Malthus e Gobineau**. In: ARILHA, Margareth; CITELI, Maria Teresa (Org.). Políticas, mercado e Ética: demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva. São Paulo: Ed. 34: Comissão de Cidadania e Reprodução, 1998. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=1hmRtGoOYDUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso: 29 de out. 2016.

SILVA, Alberto da Costa e. **Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

SANTOS, Ricardo ventura; MAIO, Marcos Chor. **Genótipo e fenótipo: Qual retrato do Brasil? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica**. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.